



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA PLENÁ EM PEDAGOGIA
MODALIDADE A DISTÂNCIA**

MARIA SALETE FERNANDES FORTE

SABERES E PRÁTICAS DA INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO ESCOLAR

**SÃO BENTO - PB
2013**

MARIA SALETE FERNANDES FORTE

SABERES E PRÁTICAS DA INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO ESCOLAR

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia na Modalidade a Distância, do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, como requisito institucional para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Prof^a Ms. Ivana Maria Medeiros de Lima

**SÃO BENTO - PB
2013**

F737s Forte, Maria Salete Fernandes.

Saberes e práticas da inclusão na educação escola / Maria Salete Fernandes Forte. – João Pessoa: UFPB, 2013.

54f.

Orientador: Ivana Maria Medeiros de Lima

Monografia (graduação em Pedagogia – modalidade a distância)
– UFPB/CE

1. Educação. 2. Inclusão. 3. Saberes e práticas. I. Título.

UFPB/CE/BS

CDU: 37.014.5 (043.2)

MARIA SALETE FERNANDES FORTE

SABERES E PRÁTICAS DA INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO ESCOLAR

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia na Modalidade a Distância, do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, como requisito institucional para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

APROVADA EM: ___/07/2013

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Ms. Ivana Maria Medeiros de Lima
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

1º Examinador (a)

2º Examinador (a)

**SÃO BENTO - PB
2013**

Dedico a minha família, aos professores, colegas, tutores e amigos pelas palavras de incentivo e companheirismo que sempre me estimularam a prosseguir e vencer todos os obstáculos durante esta jornada e realização deste sonho.

AGRADECIMENTOS

A Deus que pela sua infinita bondade tem me proporcionado conquistas diversas ao longo de minha vida.

A Professora Ivana Maria Medeiros de Lima que demonstrou excelência em seu trabalho com uma enorme competência orientou-me para realização deste TCC.

Ao Professor Dr. Jorge Fernando Hermida pelos incentivos, atenção, compreensão e empenho para alcançarmos os objetivos desejados.

As minhas amigas Maria José e Adriana que tanto colaboraram com seus livros, sugestões e palavras de apoio e estímulo.

Aos meus colegas de trabalho e de estudo, em especial, a minha diretora Corrinha e a Coordenadora Aureci que souberam me compreender e apoiar nos momentos de aflição e angústia.

Sou grata a Deus por todas as coisas permitidas em minha vida e a realização deste sonho.

A todos aqueles que direta ou indiretamente contribuíram para a realização deste trabalho.

Temos o direito a sermos iguais quando a diferença nos inferioriza; temos o direito a sermos diferentes quando a igualdade nos descaracteriza (SANTOS, 2004, p. 36).

RESUMO

A presente pesquisa teve como objeto do discurso a inclusão escolar como perspectiva de mudanças sociais e garantia da efetivação dos direitos educacionais dos alunos. A ideia principal do trabalho está baseada na análise dos saberes e práticas desenvolvidas nos anos iniciais do ensino fundamental para inclusão escolar dos educandos com necessidades especiais. A pesquisa foi realizada com professores que atuam em turmas do ensino fundamental na cidade de Brejo do Cruz-PB. Para tanto, foi empregada uma abordagem metodológica qualitativa de cunho exploratório, vivenciadas no cotidiano desses docentes. A produção das informações contidas na pesquisa atravessa questões educacionais, profissionais e sociais. Sua importância encontra-se na revelação do discurso da inclusão educacional como garantia de direitos das crianças especiais, na prática pedagógica e nos saberes dos professores, uma vez que pessoas com necessidades especiais precisam garantir a efetivação de seus direitos, bem como sobre a aquisição do conhecimento contribuindo para uma melhor qualidade de vida no futuro dos sujeitos envolvidos na pesquisa. Verificou-se que a inclusão escolar contribui tanto para os educadores que necessitam de formação, mudança de práticas e novos saberes, como para as crianças que possuem direitos que devem ser respeitados e cumpridos sem distinção. Concluindo, a inclusão ainda não acontece em sua totalidade nas instituições de ensino, e para que isso ocorra, é preciso professores capacitados, especializados e com formação continuada contínua para estarem preparados para a realidade diária que se deparam em sala de aula criando mecanismo de trabalho com fundamentação teórica e ações pedagógicas eficazes e inclusivas.

Palavras-chave: Educação. Inclusão. Saberes e Práticas. Necessidades Especiais.

ABSTRACT

This research has as an object of discourse inclusive education as a perspective of social change and ensuring the effectiveness of the educational rights of students. The main idea of the work is based on analysis of knowledge and practices developed in the early years of elementary school to school inclusion of students with special needs. The research was conducted with teachers working in elementary school classrooms in the Brejo do Cruz-PB. For this, we employed a methodological approach of qualitative exploratory, these lecturers experienced in everyday life. The production of the information contained in the research issues through educational, professional and social. Its importance lies in the revelation of the discourse of educational inclusion as a guarantee of rights of special children, teaching practice and knowledge of teachers, since people with special needs need to ensure the enforcement of his rights, as well as on the acquisition of knowledge contributing to a better quality of life in the future of the subjects involved in the research. It was found that the school inclusion contributes both to educators who need training, changing practices and new knowledge, and for children who have rights that must be respected and enforced without distinction. In conclusion, adding yet happens in its entirety in educational institutions, and for that to happen, we need qualified teachers, specialized and continuing education continuing to be prepared for the reality they face daily in the classroom creating working mechanism with theoretical and pedagogical actions effective and inclusive.

Keywords: Education. Inclusion. Knowledge and practices. Special Needs.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 FUNDAMENTOS DAS POLITICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO	14
2.1 Inclusão: o que é?	14
2.2 Inclusão no contexto internacional	17
2.2.1 Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948)	18
2.2.2 Declaração de Jomtien (1990)	19
2.2.3 Declaração de Salamanca (1994)	19
2.2.4 Convenção da Guatemala (1999)	20
2.3 Inclusão no Brasil	21
3 A EDUCAÇÃO ESCOLAR NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO	25
3.1 Inclusão na sala de aula	25
3.2 Inclusão: Dificuldades de realização na pratica	27
3.3 Inclusão: Necessidade de formação pedagógica para atuar	30
4. PERCURSO METODOLÓGICO	33
4.1 Pesquisa de campo	33
4.2 Caracterização da Pesquisa	33
4.3 Os Sujeitos da Pesquisa	34
4.4 Instrumento de coleta de dados	35
5. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS	37
5.1 Análise do Questionário	37
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	45
REFERÊNCIAS	48

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO

ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

1 INTRODUÇÃO

A atual sociedade é constituída de uma diversidade de pessoas com diferentes concepções e padrões, contudo, todos devem ser respeitados, uma vez que, são iguais com relação a sua humanidade, direitos e responsabilidades.

Apesar de vivermos numa sociedade globalizada, tecnológica, avançada, muitos cidadãos não conseguem fazer valer seus direitos nem terem as mesmas oportunidades na vida, no trabalho e estudo. Esse aspecto precisa ser repensado, e a educação formal necessita ofertar um ensino inclusivo, que respeite e trabalhe as diferentes necessidades e situações de seus educandos, de modo a garantir uma melhor qualidade de vida e equidade social.

Com tudo, ao ficarmos ciente dessa realidade, o âmbito escolar precisamos refletir sobre a prática para que portadores de necessidades especiais possam ser beneficiados, e assim, possam ter acesso a inclusão escolar e social.

Com isso pensou-se no **tema** sobre os “Saberes e práticas da inclusão na educação escolar”, tratando principalmente da educação especial no âmbito escolar, por haver uma contradição sobre o que incluir com base em um atendimento diversificado, conseqüentemente está ocorrendo à exclusão desse alunado, pois, no momento em que ele se ausenta para um atendimento específico demonstra que sua educação é diferenciada.

Ao pensar na educação especial no sentido de inclusão, tem ocasionado várias indagações, e preocupações, pois requer uma série de mudanças principalmente na metodologia de ensino, a qual deve-se considerar a realidade de cada educando.

Nas “práticas não disciplinares” do ensino predominam a experimentação, a criação, a descoberta, a coautoria do conhecimento. Essas práticas estão voltadas para o ensino de assuntos de interesses da turma. Nelas os conteúdos disciplinares não são fins em si mesmos. As escolas que aderem à inclusão são espaços que pensam e valorizam para uma educação voltada à construção de personalidades humanas, educando alunos para a

autonomia, tornando-os seres pensantes e críticos incentivando-os a viver e conviver com as diferenças em toda comunidade escolar.

Neste contexto, o referido trabalho vem salientar sobre as práticas de ensino na educação inclusiva, nas quais, predominam um ensino não individualizado, ou seja, uma aprendizagem coletiva para os alunos com necessidades especiais de modo que ele seja aplicado de forma dinâmica e significativa para o educando.

Quando se fala em inclusão significa uma educação igualitária em todos os âmbitos sem pensar em diferenciar o método de ensino, seja por série ou nível de aprendizagem. Mas, a realidade é que no caso dos portadores de necessidades especiais eles são encaminhados às classes ou escolas especiais alegando que há inclusão para todos onde na verdade acaba ocorrendo à exclusão desses educandos.

A educação inclusiva requer uma amplitude para novos conceitos que tem como finalidade tornar a educação ao alcance de todos combatendo alguns males existentes na sociedade como preconceitos aos povos e a diversidade cultural.

A inclusão, em termos gerais constitui uma ação ampla, sobretudo em um contexto social em que há diferenças sociais muito grandes, para isso, propõe-se uma educação de qualidade para todos. Nessa idéia de “todos” incluem-se principalmente as pessoas com necessidades especiais.

Desse modo o presente trabalho tem como **objetivo geral**: Analisar os saberes e práticas dos professores voltados para inclusão dos alunos com necessidades especiais dos anos iniciais do ensino fundamental. E, como **objetivos específicos**:

- Refletir sobre a Inclusão e a práticas docentes na perspectiva da inclusão.
- Identificar se ocorre a inclusão dos alunos com necessidades especiais nos anos iniciais do ensino fundamental.
- Verificar se há alunos com necessidades especiais na instituição e quais são elas.

A pesquisa justifica-se devido à importância de incluir todas as crianças no âmbito escolar, principalmente, as com necessidades especiais,

visto que, muitos docentes não utilizam práticas inclusivas o que impossibilita a real inserção e oportunidades de aprendizagem para os educandos. Portanto, a inclusão é um tema de grande relevância para contribuir no avanço da melhoria educacional.

A educação especial na perspectiva inclusiva faz valer os direitos à educação de qualidade oportunizando uma melhor participação de todos. Para isso, as escolas devem adotar um currículo que seja efetivo dando respostas positivas a grande diversidade de necessidades especiais existentes nas escolas, onde possa garantir que todas as crianças, jovens e adultos tenham direito a educação sem exceção, que seja de qualidade e garanta que os alunos aprendam.

Desse modo, de acordo com o Portal do MEC (2013), “o direito à educação é também o direito a se desenvolver plenamente como pessoa, respeitando a cada um pelo que é, e reconhecendo sua liberdade e autonomia” e “para garantir a aprendizagem e a participação de todos os alunos, é necessário um trabalho colaborativo entre professores, entre professores e pais, entre professores e especialistas”.

Ainda sim, é preciso dar ênfase aos recursos didáticos e processos metodológicos facilitadores da aprendizagem e da participação da diversidade que implica na ampla variedade de estratégias metodológicas e na adaptação de tarefas que possibilitem a aprendizagem dos alunos (PORTAL DO MEC, 2013).

Nessa perspectiva, o trabalho analisa o seguinte problema: como são realizados os saberes e práticas voltados para a inclusão dos alunos com necessidades especiais dos anos iniciais do ensino fundamental da Escola Municipal Professora Terezinha Garcia Pereira?

A pesquisa de campo, descritiva de caráter qualitativa, visto que conta com dados reais sobre os saberes e práticas da inclusão da Escola Municipal de Ensino Fundamental Professora Terezinha Garcia Pereira almejando verificar se realmente está incluindo os educandos nesta instituição.

A pesquisa trata de uma abordagem qualitativa predominando a análise dos dados, interpretando-os, descrevendo-os e os classificando-os a luz de teorias que fundamentam a inclusão.

Desse modo, o trabalho irá se fundamentar a luz de autores como: Pinheiro e Ananias (2009), Jurge (2002), Kazumi (1997), Ramos (2006), Vygotsky (1989), dentre outros que tratam da educação inclusiva de crianças com necessidades especiais.

A inclusão escolar de alunos com necessidades especiais não é fácil, visto que, muitas vezes, os alunos são matriculados na escola, porém, não há uma prática inclusiva condizente com a realidade desses educandos, bem como não garante a efetiva aprendizagem. Portanto, no **primeiro capítulo** abordaremos os fundamentos das políticas públicas de inclusão colocando o que é inclusão, como ela ocorre no contexto internacional e no Brasil.

No **segundo capítulo**, verificar se a educação escolar na perspectiva da inclusão ocorre, analisando a inclusão na sala de aula, as dificuldades de realização na prática e as necessidades de formação pedagógica para atuar em sala de aula.

O **terceiro capítulo** tratará do percurso metodológico, onde desenvolve-se uma pesquisa com abordagem qualitativa utilizando como instrumento de pesquisa um questionário semi-estruturado direcionado aos professores dos anos iniciais do ensino fundamental da Escola Municipal de Ensino Fundamental Terezinha Garcia Pereira; apresenta a pesquisa de campo, a caracterização, os sujeitos e instrumentos de coleta de dados da pesquisa.

O **quarto capítulo** demonstra a análise e interpretação dos dados, verificando se há alunos com necessidades especiais na instituição e quais são elas, em seguida, identificaremos se ocorre a inclusão desses alunos nos anos iniciais do ensino fundamental, pois, em muitos casos, os alunos frequentam a escola, contudo, não participam ativamente das aulas, não conseguem aprender, não são utilizadas metodologias e práticas adequadas aos interesses e indispensáveis a esses educandos. Visto que, no contexto atual é lei e direito constitucional garantir plenamente em todos os setores da sociedade a inclusão social.

Por último, apresentamos as considerações finais, buscando propor sugestões e ações para o trabalho docente de modo a garantir práticas e saberes efetivos, e conseqüentemente, a inclusão dos educandos com necessidades especiais.

2 FUNDAMENTOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO

2.1 Inclusão: O que é?

Quando se pensa em inclusão, logo nos remete a palavra incluir, chamar. Neste contexto a palavra inclusão elabora-se um sentido mais amplo, onde nos dá a capacidade de compreender e reconhecer o outro, e assim ter o privilégio de conviver e trocar experiências com aquele que é diferente de nós.

Na inclusão, o foco, o primordial é que haja uma transformação na educação comum quebrando barreiras ou paradigmas que limitam o aprendizado e a participação de inúmeros alunos com deficiência ou de outros alunos com necessidades educacionais.

Segundo Guijarro (2005, p. 9):

O direito à educação não significa somente acesso à ela, como também, que ele seja de qualidade e garanta que todos os alunos aprendam. O direito à educação é também o direito a aprender e desenvolver-se plenamente como pessoa. Para que isso seja possível é fundamental assegurar a igualdade de oportunidades, proporcionando a cada um o que necessita, em função de suas características e necessidades individuais.

Ao falar de igualdade e de oportunidades, implica que todos os alunos possam ter o acesso ao mesmo aprendizado participando de todas as atividades propostas em sala de aula e também fora dela.

A inclusão possibilita um grande ganho a todos que dela compartilha, pois, ensina a conviver com as diferenças e de forma intencional a valorização do outro, ensina que todos são iguais apesar de suas diferenças e limitações. Ajuda o individuo desde pequeno a combater dentro dele preconceitos que por ventura venha sentir no futuro.

Possibilita principalmente, aos que são discriminados, seja pela deficiência com ou classe social ou outros aspectos, o direito de serem coparticipantes do seu conhecimento e ocupem um lugar na sociedade. Mas, pertinente a este contexto de inclusão sabe-se que há um longo caminho a percorrer para que de fato e de forma efetiva a inclusão possa acontecer verdadeiramente. “A nova perspectiva e a prática da educação inclusiva implica mudanças substanciais na prática educativa” (GUIJARRO, 2005, p. 12).

Conseqüentemente a formação é uma estratégia fundamental para contribuir para essas mudanças. Todos os docentes têm que ter conhecimentos básicos teórico-práticos, adaptação ao currículo é preciso que os governos garantam a igualdade, dê oportunidades e as condições básicas que assegurem o adequado funcionamento de todas as escolas em termos de recursos humanos, materiais e didáticos.

Com base no contexto acima, percebe-se que o termo inclusão abrange vários eixos e chama esses diversos eixos a se adequarem de forma colaborativa para que em conjunto e articulados cada eixo possa desempenhar seu papel em busca da tão almejada inclusão, que até então em muitas escolas ainda não saíram do papel.

Outro aspecto válido, que não foi mencionado acima de acordo com as mudanças para se obter a inclusão efetiva é a participação da família e da sociedade inserida neste contexto. Os familiares de alunos com deficiência têm por dever fazer-se membro importante para a construção da inclusão, eles devem ser os primeiros a assegurar a criança com deficiência o direito de igualdade.

Como ponto de partida os pais por serem os responsáveis devem primeiro aceitar tal deficiência da criança para que a escola juntamente com outros órgãos competente possa contribuir para o processo de inclusão.

“A inclusão escolar tem sido um processo que considerada a sua natureza de ação “mista” e não fragmentária, tem exigido que a discussão teórica e pedagógica também ultrapasse muros disciplinares específicos” (BAPTISTA, 2005, p. 16).

Kunc (1992, p. 36), fala sobre inclusão: “O princípio fundamental da educação inclusiva é a valorização da diversidade e da comunidade humana”.

Quando se fala em natureza mista e não fragmentada subtende dizer que a escola trabalha com especificidade, porém em conjunto, cada um com sua tarefa específica a desempenhar funções que favoreça a essa clientela, no caso, os portadores de deficiência.

Ao se tratar da ruptura de muros disciplinares específicos, Vygotsky (1993, p. 40) afirma:

O enfoque de reflexão e de investigação pelo professor deve estar no processo de como a criança pensa e não na preocupação voltada para o conteúdo, pois esse é apenas um instrumento para o desenvolvimento, estar aberto para o novo, para o diferente e ir ao encontro do outro face a face, exige renúncia ao controle, em um estado pleno de vulnerabilidade. Pensar e refletir sobre a sua ação solicita um exercício de se desfazer e fazer-se novamente de forma crítica e verdadeira. O processo de transformação de paradigma é longo, mas não infinito.

De acordo com Sasaki (1997, p. 41), a inclusão pode ser conceituada como:

O processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. A inclusão constitui então, um processo bilateral no qual as pessoas, ainda excluídas e a sociedade busca, em parceria, equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidades para todos.

Em linhas gerais o contexto baseia-se nos direitos dessas pessoas com deficiência, e o quanto a sociedade deve estar preparada para acolher esses indivíduos que também são munidos de capacidade embora limitada para contribuir com progresso da sociedade.

Sabe-se que existem muitas empresas que abraçam a inclusão dando oportunidade a esses portadores de deficiência e mostrando a sociedade que a inclusão se realiza na prática, e não somente como uma legislação a ser cumprida. Ainda, segundo Sasaki (1997, p.47) “o pano de fundo do processo de inclusão é o modelo social da deficiência”.

Este modelo nos leva a refletir e a entender que a questão da deficiência deve ser vista com outro olhar. Levanta-se um fato relevante, que “para incluir” as pessoas com deficiência, a sociedade deve passar por um processo de modificações tendo a consciência que é ela que deve se adequar para atender as necessidades dessas pessoas e não ao contrário.

Fletcher (1996 apud SASSAKI, 1997, p. 48), explica que o modelo Social da Deficiência “focaliza os ambientes e barreiras incapacitantes da sociedade e não as pessoas deficientes”.

Deve ser por isso que o processo de inclusão ainda caminha em passos lentos em muitos casos permanece estagnado por a sociedade não contribuir para que a inclusão se realize efetivamente.

São inúmeros os ambientes restritos a receberem as pessoas com deficiência, tirando-lhe até mesmo o direito de ir e vir, são inúmeras as pessoas que desconhecem os direitos dos portadores de deficiência, políticas públicas que decretam a inclusão, mas não dão suportes necessários para validar essas leis.

Portanto, sabe-se que incluir aquele que, muitas vezes, a sociedade julga imperfeito e com pouca utilidade não é tarefa fácil, mas, deve-se sempre olhar no âmbito de que todos têm os mesmos direitos, e é a sociedade e principalmente a escola que tem de fazer valer esses tais direitos.

2.2 Inclusão no contexto internacional

Durante muitos anos as pessoas que não eram consideradas “normais”, que para a sociedade apresentavam alguma “anormalidade” eram escondidas e segregadas a uma vida de inclusão, desprezo e descaso, sem direitos e oportunidades de viver em sociedade.

Essa triste realidade perdurou muitas e muitas décadas o que ocasionou uma postura preconceituosa, por parte de muitos, o que infelizmente ainda está muito arraigado no pensamento humano.

As pessoas com necessidades especiais são consideradas incapazes, ineficientes, problemáticas, e isso ocorreu não só no Brasil, mas, sim, em todo o mundo gerando um mundo de pessoas com aversão aos diferentes, sem respeitá-los nem pensar em suas condições de vida e direitos a serem garantidos.

Desse modo, não se pensava em atender nenhum direito dessas pessoas, elas eram consideradas como problemas e não existiam compromisso nem políticas públicas que garantissem condições para sua existência e vivência.

Direitos básicos como a educação, formação não eram considerados e esses indivíduos acabavam sem freqüentar uma escola que não os aceitavam

ou ainda, os rejeitavam não os considerando em seus espaços de modo a não participarem das atividades escolares e acabarem saindo, isso tudo, por falta de informação e preparação dos profissionais, e quando, iam freqüentar uma escola tinha que ser separada dos demais que eram considerados normais, pois, os consideravam incapazes de aprender e evoluir em seus estudos.

Contudo, esse quadro internacional de despreparação, preconceito e não cumprimento de direitos teve que ser mudado e repensado, pois, foi preciso o compromisso com a construção de sistemas educacionais inclusivos, sendo elaborados documentos orientadores no âmbito internacional.

A Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas produziu vários documentos norteadores para o desenvolvimento de políticas públicas de seus países membros. O Brasil, enquanto país membro da ONU e signatário desses documentos, reconhece seus conteúdos e os tem respeitado, na elaboração das políticas públicas internas (ARANHA, 2004, p. 14).

Dentre esses documentos, os principais que são marcos legais e que conquistaram muitos avanços foram os que seguem logo a seguir.

2.2.1 Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948)

Na assembléia Geral das Nações Unidas, em 1948, foram proclamados a Declaração Universal dos Direitos Humanos, na qual reconhece que:

Todos os seres humanos nascem livres e iguais, em dignidade e direitos... (Art. 1º), [...] sem distinção alguma, nomeadamente de raça, de cor, de sexo, de língua, de religião, de opinião política ou outra, de origem nacional ou social, de fortuna, de nascimento ou de qualquer outra situação” (Art. 2º). Em seu Artigo 7º., proclama que “todos são iguais perante a lei e, sem distinção, têm direito a igual proteção da lei... No Artigo 26º, proclama, no item 1, que “toda a pessoa tem direito à educação. A educação deve ser gratuita, pelo menos a correspondente ao ensino elementar fundamental [...] (ARANHA, 2004, p. 14).

Essa declaração assegura a todas as pessoas com deficiência os mesmos direitos a vida digna, a liberdade, a uma educação fundamental, bem como ao desenvolvimento enquanto pessoa e ser social de modo a participar da plenamente da vida em comunidade.

2.2.2 Declaração de Jomtien (1990)

Essa declaração foi instituída em março de 1990 e o Brasil foi um dos participantes da Conferência Mundial sobre Educação para Todos em Jomtien na Tailândia, na qual foi proclamada a Declaração de Jomtien que relembra os países de que:

[...] a educação é um direito fundamental de todos, mulheres e homens, de todas as idades, no mundo inteiro. Declararam, também, entender que a educação é de fundamental importância para o desenvolvimento das pessoas e das sociedades, sendo um elemento que “pode contribuir para conquistar um mundo mais seguro, mais sadio, mais próspero e ambientalmente mais puro, e que, ao mesmo tempo, favoreça o progresso social, econômico e cultural, a tolerância e a cooperação internacional. (ARANHA, 2004, p.15).

O Brasil ao assinar essa declaração assumiu perante a comunidade internacional o compromisso de erradicar o analfabetismo do país e universalizar o ensino fundamental, o que fez criar instrumentos norteadores para uma efetiva ação educacional e documentos legais que levam a construção de sistemas educativos inclusivos nas esferas públicas municipais, estaduais e federal (ARANHA, 2004).

Em Jomtien na Tailândia (1990), foi instituído a:

Declaração Mundial sobre Educação para Todos que traduz-se como um plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem e lembrar que a educação é um direito fundamental de todos, mulheres e homens, de todas as idades, no mundo inteiro (MATTOS, 2008, p. 1).

Nessa perspectiva, todas as dificuldades em relação à aprendizagem passaram a serem reconhecidas, dentre elas, a repetência e evasão escolar que insistentemente se perpetuam no campo educacional, não sendo mais só considerado um público alvo, e sim, todas as crianças independentes do seu nível econômico e social da população brasileira.

2.2.3 Declaração de Salamanca (1994)

Em junho de 1994, em Salamanca, na Espanha, foi realizada pela UNESCO, a Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais:

Acesso e Qualidade, realizada pela UNESCO discutindo sobre a educação dos alunos com necessidades educacionais especiais. Vários países participaram, dentre eles, o Brasil declararam inúmeros direitos e essa declaração se dirigiu a todos os governos, incitando-os a:

- Dar a mais alta prioridade política e orçamentária à melhoria de seus sistemas educativos, para que possam abranger todas as crianças, independentemente de suas diferenças ou dificuldades individuais;
- Adotar, com força de lei ou como política, o princípio da educação integrada, que permita a matrícula de todas as crianças em escolas comuns, a menos que haja razões convincentes para o contrário;
- Criar mecanismos descentralizados e participativos, de planejamento, supervisão e avaliação do ensino de crianças e adultos com necessidades educacionais especiais;
- Promover e facilitar a participação de pais, comunidades e organizações de pessoas com deficiência, no planejamento e no processo de tomada de decisões, para atender a alunos e alunas com necessidades educacionais especiais;
- Assegurar que, num contexto de mudança sistemática, os programas de formação do professorado, tanto inicial como contínua, estejam voltados para atender às necessidades educacionais especiais, nas escolas integradoras (MATTOS, 2008, p. 16-17).

Essas foram algumas conquistas para melhorar a educação das crianças com necessidades especiais, uma vez que a Assembléia Geral das Nações Unidas sobre a Criança analisou a situação mundial da criança e estabeleceu metas a serem alcançadas (MATTOS, 2008).

2.2.4 Convenção da Guatemala (1999)

A Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência os Estados Partes foi um ponto que garantiu a reafirmação que “as pessoas portadoras de deficiência têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que outras pessoas e que estes direitos, inclusive o de não ser submetido à discriminação com base na deficiência, emanam da dignidade e da igualdade que são inerentes a todo ser humano” (MATTOS, 2008, p. 17).

De acordo com Mattos (2008, p. 17) sobre esta convenção também destacamos em seu artigo I, o termo deficiência “significa uma restrição física,

mental ou sensorial, de natureza permanente ou transitória, que limita a capacidade de exercer uma ou mais atividades essenciais da vida diária causada ou agravada pelo ambiente econômico e social”. E ainda, o termo discriminação contra as pessoas com deficiência “significa toda a diferenciação, exclusão ou restrição baseada em deficiência (...) que tenham efeito ou propósito de impedir ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício por parte das pessoas portadoras de deficiência de seus direitos humanos e suas liberdades fundamentais” (MATTOS, 2008, p. 17).

Nessa perspectiva, não se pode ter discriminação ou preferências ou limites para as oportunidades das pessoas com necessidades especiais, e sim, os direitos devem ser iguais para todos sem nenhuma diferenciação.

Após a criação das legislações internacionais foram elaborados a legislação brasileira com destaque a Constituição Federal (1988), o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), Plano Nacional de Educação (2001) e vários decretos e políticas públicas que garantem direitos e igualdade de oportunidades nos estudos, na vida, trabalho, dentre outros. Apesar da legislação ser bem clara, muito ainda é preciso fazer e conquistar para realmente garantir o acesso, a permanência e as mesmas oportunidades para as pessoas com necessidades especiais.

2.3 Inclusão no Brasil

Segundo Aranha (2004), o Brasil é signatário de documentos internacionais que definem a inserção incondicional de pessoas com deficiência na sociedade – a chamada inclusão. Muito mais do que uma ideia definida com entusiasmo por profissionais de diversas áreas, desde de 1990, a construção de sociedades inclusivas, nos mais diferentes pontos do planeta é meta do que se pode chamar de movimentos pelos “direitos humanos de todos os humanos”.

No Brasil, a Lei de Diretrizes e Bases em 1996, refere-se sobre estar “preferencialmente” incluída, mas também haverá quando necessários serviços de apoio especializado na escola regular para atender as peculiaridades, e que

o atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que em função das condições específicas do aluno não for possível sua integração nas classes de ensino regular (SEEDSP, 1994).

O contexto acima retrata o processo de inserção da inclusão no Brasil, a partir da Declaração de Salamanca, que como os demais 92 países que aderiram à inclusão, como forma normativa para incluir todas as crianças no ensino regular, prioritariamente os portadores de deficiência. Com o intuito de proporcionar uma educação de qualidade, onde atenda as necessidades básicas a esses educandos.

Com a Resolução n.2/2001 que instituiu as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, houve um avanço na perspectiva da universalização e atenção à diversidade, na educação brasileira, com a seguinte recomendação: os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais (CNE/CNB, 2001).

Ao analisar o que foi instituído nas Diretrizes Nacionais para a Educação Especial, é de grande valia as escolas acolherem a todos de forma igualitária e com qualidade, desde que juntamente com tais decretos possam vir suportes para os que irão lidar no dia a dia com essas crianças que já convivem no seu cotidiano com a inclusão.

Sabe-se que não é só a partir de uma lei a ser instituída e passar a vigorar que ela já está totalmente consumada, principalmente quando se fala do termo INCLUSÃO, é preciso ter convivência que há um longo caminho a ser percorrido. Para irmos mais além a Resolução CNE/CEB nº 2 de 11 de setembro de 2011, afirma que:

Por educação especial, modalidade de educação escolar, entende-se um processo educacional definido por uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentem necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica. (CNE/CEB, 2011, p.69).

O PNE (2001, p.13) ressalta que:

[...] as políticas recentes do setor tem indicado três situações possíveis para a organização do atendimento: participação nas classes comuns, de recursos, sala especial e escola especial. Todas as possibilidades têm por objetivo a oferta de educação de qualidade.

Tomando como base as três situações possíveis para a organização do atendimento à criança com deficiência, observam-se os seguintes pontos. Quando se fala em proceder a esse atendimento em salas comuns, entende-se que até então permanece no processo inclusão, mas quando esse atendimento se amplia à sala especial, como o caso das Salas de Recursos Multifuncionais, ou até mesmo as escolas especiais, com o pleno objetivo de incluir, fica obvio que foge totalmente do termo “inclusão”. Pois, jamais se pode pensar em inclusão com tratamento ou aprendizagem diferenciada.

Segundo Morin (2001, p.520), “é importante a escola oportunizar vivências capazes de construir a realidade do igual, para valorizar a diferença, acreditando na diversidade da vida. Valorizar a individualidade e a dignidade de cada ser humano que traz em si a individualidade ordinária”. E é “[...] uma pessoa única, isto é, todos somos diferentes, diversos em nosso próprio meio, seja este qual for. Cada ser tem seu ritmo, sua maturação, seus movimentos de vida e de aprendizagem” (IMBERMÓN, 2000, P.82).

Segundo Augusto (2005, p. 62) “a nossa Constituição Federal, intitulada Constituição Cidadã, adota princípios e regras opinando com a INCLUSÃO, trazendo inovações muito importantes relacionadas ao direito à educação”. Este direito foi implemento detalhado, restando clara a sua incondicionalidade para todos, a começar do preâmbulo da constituição, onde “a liberdade, a segurança, o bem estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça,” foram citada como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida na ordem interna e internacional” (AUGUSTO, 2005, p. 62).

Tomando como base os dispositivos da constituição, observa-se que o termo inclusão amplia-se as mais diversas esferas não tão somente às pessoas com deficiência.

Segundo Cardoso (2005, p. 71) “até hoje a educação especial é entendida como a única responsável pela inclusão”. Estamos lutando para que a inclusão deva estar não só no bojo das discussões decisórias da Educação Básica, nas modalidades da Educação de Jovens e Adultos e da Educação Profissional, como também nas diretrizes das políticas públicas do Estado nas esferas da saúde da assistência e do trabalho.

Com um conceito muito mais amplo do que o conceito de inserção nas escolas, como é resumidamente pensado, mas com uma visão mais ampla do caminho a ser percorrido por esse sujeito desde a hora do seu nascimento, com uma acolhida planejada e articulada entre os profissionais das diversas áreas.

É mais do que coerente o que trata o contexto acima, pois, há uma mistura de ideias quando se pensa em inclusão ou o pensamento de inclusão está somente relacionado à inserção de tal lei exclusivamente às escolas. Talvez seja um pretexto para que outros ambientes que tem o mesmo dever de incluir possa ficar de fora. Visto que, se um indivíduo é portador de alguma deficiência não será somente a escola o lugar que ele deva frequentar, sendo assim, seu convívio social ficará muito restrito.

No entanto, sabe-se que a inclusão daquele indivíduo que apresenta alguma deficiência ou por outro motivo que leva a inclusão à sociedade, veio para quebrar paradigmas e preconceitos absurdos que tanto fere a dignidade humana. Com isso a inclusão favorece tanto quem é excluído como também quem exclui, pois leva a refletir que as oportunidades devem ser para todos e que são diante das diferenças que encontramos a igualdade.

Desse modo, no capítulo a seguir iremos tratar da educação escolar na perspectiva da inclusão, analisando a inclusão na sala de aula, suas dificuldades, necessidades, qual a formação pedagógica dos docentes para atuar nessa perspectiva.

3 EDUCAÇÃO ESCOLAR NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO

3.1 Inclusão na sala de aula

A inclusão tem levado às escolas a entrar em pontos de reflexão e de modo especial os educadores das mais diferentes áreas de atuação.

Para tanto, são diversos os fatores que contribuem para tais discussões, entre elas se acentua os movimentos pela presença efetiva das pessoas com necessidades especiais nas turmas regulares, isto é, na educação comum.

Segundo a qual essas escolas, sistemas educativos, educadores e a sociedade em modo geral têm como dever se adequar e mudar suas concepções, de modo a acolher e promover um atendimento de qualidade principalmente nas salas de aula. Em relação ao ambiente escolar favorável à inclusão, Soodak (2003, p. 327),

Faz referência ao desenvolvimento de estratégias para melhorar a qualidade global do ambiente da sala de aula para acolher os alunos com deficiência. Essas estratégias contemplam a organização de um ambiente no qual os alunos se sentem acolhidos, seguros e apoiados. Suas principais sugestões são: criar uma comunidade inclusiva, promover o sentimento de pertença, facilitar a aproximação das crianças, favorecendo a amizade entre os alunos, desenvolver a colaboração entre todos da escola.

Para que a sala de aula se torne um ambiente inclusivo é pertinente que o professor como regente dessa turma seja capaz de aplicar metodologias de acordo com a especificidade de seus alunos promovendo a interação entre todos.

Deste modo, a classe de ensino regular passa a se tornar um agrupamento, onde cada aluno deve contribuir com o processo de ensino-aprendizagem construindo o seu conhecimento dentro de suas possibilidades. No entanto, essa participação ativa desse aluno com deficiência no ambiente da sala regular, só ocorre de verdade se o professor reconhecer nesse aluno suas potencialidades e vê-lo como sujeito de aprendizagem e conseguir traçar propostas didáticas que venha favorecer essa participação.

Morin (2001, p. 93), comenta que educar para a compreensão humana é:

O que se espera da educação do futuro, pois a compreensão entre as pessoas é condição e garantia da solidariedade intelectual e moral da humanidade, características tão necessárias à contemporaneidade.

Falar sobre a solidariedade intelectual é se referir a um processo em que o aluno se sente peça inclusiva do jogo que se chama conhecimento dentro do contexto escolar, em especial na sala de aula. A solidariedade intelectual é primordial no processo de inclusão, pois, tais relações expressas na sala de aula podem ocasionar um bom desempenho ou um bloqueio no desenvolvimento cognitivo e psicológico desses alunos.

Neste caso a ação do professor deve estar respaldada em inúmeras formas de planejar a mediação que deve vir acompanhada por diversos códigos culturais como: linguagem oral e acima de tudo tomando como base os valores éticos e morais. Mantoan (2007, p. 55), afirma que para ensinar a turma toda,

Parte-se da certeza de que as crianças sempre sabem alguma coisa, de que todo educando pode aprender, mas no tempo e do jeito que lhe são próprios. É fundamental que o professor nutra uma elevada expectativa por seus alunos. O sucesso da aprendizagem está em explorar talentos, atualizar, desenvolver predisposições naturais de cada aluno. As dificuldades, deficiências e limitações precisam ser reconhecidas, mas não devem conduzir ou restringir o processo de ensino, como habitualmente acontece.

Aparentemente é difícil de acreditar que juntamente com as crianças da sala regular, as crianças com necessidades especiais possam conseguir desenvolver habilidades e aptidões que possam viabilizar sua permanência dentro da sociedade proporcionando-lhe o mínimo de individualidade.

Reconhecer e admitir tais deficiências desse alunado é um dos primeiros fatores para se obter a inclusão na sala de aula, mas, sempre com um “olhar” positivo de que eles podem e são capazes de caminhar juntos com os demais no seu ritmo de aprendizagem. Conseguindo avanços que para alguns não seja tão favorável, mas, considerando suas limitações é muito significativo. Mantoan (2007, p. 55), diz que:

Independentemente das diferenças próprias de cada aluno, o grande desafio é passar de um ensino transmissivo para uma pedagogia ativa, dialógica e interativa, que se contrapõe a toda e qualquer visão uni diferencial, de transferência unitária, individualizada e hierárquica do saber.

Como a inclusão de todos parte do pressuposto que não se deve diferenciar o ensino, é necessário que o professor deixe de utilizar os mais conhecidos e usados recursos didáticos pedagógicos básicos. Como o copiar, ditar, etc., pois esses recursos, na maioria das vezes, não contribuem com a aprendizagem nem mesmo aos alunos ditos “normais”. O processo de inclusão requer métodos, onde esses alunos possam colaborar, interagir e construir ativamente conceitos e valores. É preciso que o aluno carregue dentro de si o sentimento da inclusão.

Portanto, reafirma Mantoan (2007, p. 50) que:

Para melhorar a qualidade de ensino e conseguir trabalhar com as diferenças existentes nas salas de aula, é preciso enfrentar os desafios da inclusão escolar, sem fugir das causas do fracasso da exclusão. Além disso, é necessário desconsiderar as soluções paliativas sugeridas para esse fim.

Com base no contexto, percebe-se que para que a sala de aula se torne um cenário dentro do contexto de inclusão, faz-se necessário adotar um espírito de humanidade para com o outro, realizar uma introspecção no “sentir” do outro, para que depois possa tomar postura e práticas que venha a favorecer a permanência daqueles que sofrem ou não com alguma deficiência.

3.2 Inclusão: Dificuldades de realização na prática

As perspectivas sobre a efetivação das práticas inclusivas recaem totalmente nas mãos do professor, sendo ele o principal profissional a ser desafiado cotidianamente. A responder tais expectativas projetadas a ele, supondo que a peça principal para o processo de inclusão na escola seja o docente.

Ao serem propostas as legislações, não se levam em consideração, o que realmente é primordial para consolidar o processo de inclusão. Para isso, Correia (1999, p. 1), afirma que:

São grandes as responsabilidades cometidas ao professor do ensino regular; espera-se que utilize estratégias e desenvolva atividade de ensino individualizado junto da criança com NEE, mantenha um programa eficaz para o resto do grupo e colabore na interação social da classe. Sem a formação necessária para responder as necessidades educativas desses alunos, não conhecendo muitas vezes a natureza de seus problemas e as implicações, que tem seu processo educativo, os professores do ensino regular não lhes podem prestar o apoio adequado.

Realmente são inúmeras as competências e habilidades em que o profissional de educação deve estar dotado, mas, sem o apoio ou suporte para atender esse alunado fica inviável conceber a inclusão.

Muitas vezes o professor por iniciativa própria, sem objetivos norteadores, mas, com a vontade de que a inclusão aconteça, acaba se perdendo ou executando atividades de forma errônea que não favorece a aprendizagem significativa ou desenvolvimento desses alunos com necessidades educativas especiais (NEE).

As exigências por parte das instituições de ensino é demasiadamente forte para que mesmo diante de aparências a inclusão ocorra. Diante dessas exigências, o maior peso sobrecarrega em cima do professor, devendo partir dele toda a iniciativa e planejamento.

Em âmbito geral o professor foi preparado para lidar com alunos que aprendem ou que tenham uma predisposição para a aprendizagem. Isso reflete no professor uma confiança, visto que, a ele permeia algum retorno como a satisfação de trabalho cumprido. Porém, quando o mesmo se depara com os alunos com necessidades educacionais especiais, suas limitações e dificuldades, isso gera no professor um pensamento de inadaptação perante a essa nova realidade, surgindo angústia e sofrimento.

A transformação da escola não é, portanto, uma mera exigência da inclusão escolar de pessoas com deficiência da inclusão escolar de pessoas com deficiência e/ou dificuldades de aprendizado. Assim sendo, ela deve ser encarada como um compromisso inadiável das

escolas, que terá a inclusão como consequência. (FÁVERO, 2007, p.45).

As dificuldades que permeiam à educação, principalmente a realização da inclusão na prática são inúmeras, além das inconformidades sentidas pelos professores. Não se deve propor inclusão sem antes dar um suporte ou ao menos preparar um ambiente que seja capaz de acolher a esses alunos com necessidades educacionais especiais. Pois, a realidade que se presencia nas salas de aula é totalmente contraditória a inclusão como salas superlotadas, estando fora das normas previstas, que são determinados no máximo 25 alunos por turma, isso dificulta o trabalho do professor que já se sente tão sobrecarregado pelo fato não obter subsídios para conseguir incluir de verdade esse aluno portador de deficiência.

Fica claro que a simples inserção de alunos com necessidades educacionais especiais, sem nenhum tipo de apoio ou assistência aos sistemas regulares de ensino pode redundar em fracasso, na medida em que esses alunos apresentam problemas graves de qualidade, expressos pelos altos níveis de repetência, de evasão e pelos baixos níveis de aprendizagem. (BUENO, 1999, p. 25).

Observa-se também, que a infraestrutura é outro agravante para contribuir com o leque de dificuldades enfrentado pelo professor. Salas com espaços restritos, sem iluminação e ventilação adequada, entre outros. Todo esse contexto que passa por longe da verdadeira inclusão acaba prejudicando o profissional da educação em diversos aspectos, principalmente relacionados à saúde desse profissional, acarretando um desgaste físico e mental. Pois, ele luta diariamente em proporcionar um ensino de qualidade, onde em muitas das vezes, torna-se incapaz que essa inclusão aconteça.

Diante do desespero que tanto dificulta a realização da inclusão na prática e angustia tanto aos educandos quanto aos educadores.

Duek (2006, p. 76), aponta que:

As certezas, a maneira correta de proceder e as “receitas” vão cedendo lugar à incerteza, aos dilemas, as diferenças e a necessidade de soluções singulares. Nesse cenário, os professores se deparam com um empasse, cuja formação provavelmente, não lhe deu condições de antever. Nesse contexto o professor confrontado com o seu “não saber”, terá que conviver com sentimentos

conflitantes e paradoxais, ao mesmo tempo em que deverá estar aberto, disposto a rever suas ideias e modelos educativos tradicionais.

No entanto, sabe-se que a diversidade é grande, as deficiências são múltiplas, e o que resta ao professor são as dificuldades e as angústias. A certeza de saber que não está realizando um trabalho que realmente favoreça a inclusão. Pois ao contrário do que muitos pensam, a inclusão não depende somente do professor é necessário uma grande articulação entre todos que rodeia a educação.

3.3 Inclusão: necessidade de formação pedagógica para atuar

O atendimento educacional especializado promove a inclusão de alunos com deficiência, na medida em que oferta o aprendizado de conhecimentos, com o auxílio de técnicas, de recursos, informatizados e principalmente através de professores com embasamento teórico e prática sobre o processo de inclusão.

Batista, (2005, p. 35) afirma que:

A formação de professores do ensino regular precisa, então ser retomada e com vistas a atender aos princípios inclusivos. Essa revisão não se restringir a incluir uma ou mais disciplinas nos cursos de formação de professores para fazê-los conhecer o que significam esses princípios e suas consequências na organização pedagógica das escolas comuns. Para torná-los capazes de desenvolver uma educação inclusiva, o curso de formação de professores do ensino regular tem de estar inteiramente voltado para as práticas que acompanham a evolução a evolução das ciências da educação e sobre os avanços científicos.

O professor deve estar conectado nas mudanças frequentes na sociedade, obtendo informação e formação constante para conseguir lidar com tais diversidades presente na sala de aula para que ele possa desenvolver uma metodologia pertinente à necessidade do educando. Mas perante a esse contexto escolar, onde se depara com uma clientela a qual existe alunos com necessidades especiais essa busca a inovação e informação devem ser mais aguçadas para que o professor no dia-a-dia da sala de aula possa proporcionar uma boa qualidade no ensino.

Batista (2005, p. 36), ainda ressalta:

A formação especializada incluirá também, além da execução, o planejamento, a seleção de atividades e a avaliação do aproveitamento dos alunos, que é básica para os planos de atendimento educacional especializado sejam constantemente revistos e melhorados e ajustados àquilo de que os grupos ou cada aluno necessitam.

Como se sabe o professor não deve em hipótese alguma ir para uma sala de aula sem planejamento, para que ele possa obter um norteamento sobre o que vai ser ministrado. E quando se trata de planejar atividades para os alunos portadores de deficiências, é aí que essa tal formação pesa, aliás, a falta de formação.

Os professores têm que serem habilidades de todas as formas para que ele conheça a fundo as necessidades dos educandos. Eis, o primeiro passo para a inclusão, aprimorando sua prática e beneficiando seus alunos para que venha propiciar um ensino satisfatório a todos.

Mendes (2004, p. 227), comenta que “uma política de formação de professores dos pilares para a inclusão escolar, pois, a mudança requer um potencial instalado em termos de recursos humanos em condições de trabalho para que possa ser posto em prática”.

Outro aspecto importante é a questão da interação e socialização desses alunos com necessidades educacionais especiais na sala de aula, no qual essa socialização é fruto dessa formação dos professores. Pois, o professor só tende a manter um bom relacionamento e promover essa positiva relação entre todos quando ele consegue enxergar as formas de adentrar numa relação com esse aluno com deficiência sendo através de conhecimento e de técnicas para se conseguir esse resultado. E isso só se constrói com base nas formações.

É válido investir num trabalho de socialização desenvolvido em sala de aula, pois conforme, Mizukami (2000, p. 139):

Trabalhar a partir das experiências vividas na prática cotidiana com os alunos, permite visualizar o modo como determinado professor procedeu em uma situação específica de ensino. Avaliando e organizando estratégias que podem ser desencadeadas em outros

momentos. Proporcionar a análise de situações semelhantes, ocorridas em contextos escolares diversos, pode auxiliar os profissionais da educação e encontrarem soluções criativas para os problemas que enfrentam em sala de aula, além de tomarem consciência de seus saberes.

No entanto, a partir de todo esse contexto, observa-se claramente que esta formação frequente dos profissionais da educação é essencial para se obter uma melhor desenvoltura perante a uma sala e principalmente para contribuir no processo de inclusão favorecendo a todos em um ensino de qualidade.

Mas, percebe-se também que a realidade está um pouco distante do que deve ser. As formações de professores devem ser constantes e não somente com alguns dias que se destina para esse fim. Que é isso que acontece onde o professor é preenchido de teorias, que muitas das vezes, não é absorvido por ele, pois não são aplicadas de forma sistemática, essa teoria deve ser aliada com a prática e é justamente na prática, que muitos professores se perdem, porque não há uma extensão dessa formação no próprio local de trabalho. A formação deve ocorrer de forma contínua conforme as dificuldades vão surgindo.

A formação, nesta perspectiva deve considerar o cotidiano de trabalho dos professores, suas práticas de debates e troca de experiências. Formar-se exige uma análise de ação do docente que seja, ao mesmo tempo, retrospectiva e prospectiva, incorporando novos saberes e modos de ensinar, a fim de atender as demandas de uma sala de aula marcada pela diversidade. Por isso, é que, na formação permanente dos professores, o momento fundamental é o da reflexão sobre a prática. É pensando criticamente na prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática (FREIRE, 2003, p. 39).

A formação do educador para incluir os alunos com necessidades especiais é indispensável, contudo, ela não vem ocorrendo e quando acontece é de forma esporádica, no entanto, o professor necessita para atuar, incluir e realmente formar seu aluno, de formação contínua, na qual, ele possa refletir constantemente sobre sua prática profissional, tirar dúvidas, trocar experiências e proporcionar um ensino inclusivo e adequado as expectativas e necessidades dos seus alunos especiais.

4 PERCURSO METODOLÓGICO

4.1 Pesquisa de Campo

A pesquisa realizada é exploratória. Em muitos casos a pesquisa exploratória, consiste como primeiro passo para uma investigação de um determinado assunto. Ela tem como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e idéias, com vistas na formulação de problemas mais precisos. Habitualmente envolvem levantamento bibliográfico e documental, entrevistas não padronizadas e estudo de caso (SEVERINO, 2002).

O campo de pesquisa é a Escola Municipal de Ensino Fundamental Professora Terezinha Garcia Pereira, a mesma conta com um quadro de 53 funcionários, sendo 35 professores. A escola contempla os seguintes segmentos: Educação Infantil, Ensino Fundamental dos anos iniciais e finais, EJA e uma Sala Multifuncional que atende as crianças com necessidades especiais da rede municipal. A supracitada atende aproximadamente 620 alunos.

No entanto, desenvolveu-se uma pesquisa de campo, visto que será analisada apenas uma escola da rede municipal dos anos iniciais com relação à inclusão escolar. Sobre isso, Severino (1941, p. 121) coloca que a “pesquisa que se concentra no estudo de um caso particular, considerando representativo de um conjunto de casos análogos, por ele significativamente representativo”.

4.2 Caracterização da Pesquisa

A pesquisa se caracteriza em empírica por apresentar dados referentes às atitudes comportamentais de estudantes de uma escola da rede pública do município de Brejo do Cruz – PB. Refere-se a uma pesquisa de campo, também chamada de pesquisa aplicada, que na concepção de Severino (2007, p.123):

O objeto/fonte é abordado em seu meio ambiente próprio. A coleta dos dados é feita nas condições naturais em que os fenômenos ocorrem, sendo assim diretamente observados, sem intervenção e manuseio por parte do pesquisador. Abrange desde os levantamentos (*surveys*), que são mais descritivos, até estudos mais analíticos.

Ao adquirir informações através da coleta de dados a cerca de um problema no ambiente em que o fenômeno ocorre, a pesquisa de campo proporcionando ao pesquisador uma visão mais ampla, contudo não lhe permite manuseio nem interferência.

A pesquisa conta com dados reais sobre os saberes e práticas da inclusão da Escola Municipal de Ensino Fundamental Professora Terezinha Garcia Pereira, almejando verificar se realmente está incluindo os educandos nesta instituição.

A pesquisa trata de uma abordagem qualitativa predominando a análise dos dados, interpretando-os, descrevendo-os e os classificando-os a luz de teorias que fundamentam a inclusão.

A coleta de dados deu-se por meio da aplicação de um questionário direcionado ao professores do Ensino Fundamental I da E. M. E. I. Profª. Terezinha Garcia Pereira do município de Brejo do Cruz – PB, sendo composto de 10 questões objetivas e subjetivas almejando o posicionamento dos pesquisados.

4.3 Os Sujeitos da Pesquisa

Participam do estudo 08 professores, da Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Professora Terezinha Garcia Pereira de Brejo do Cruz - PB, situada a Rua Antonio Dutra de Almeida s/n, Centro, na cidade de Brejo do Cruz – PB.

A pesquisa será realizada com os professores dos anos iniciais do ensino fundamental, sendo escolhidos professores que lecionam em turmas com alunos especiais, contudo, por questões éticas seus nomes não serão divulgados, denominando-os de participantes **A, B, C, D, E, F, G e H.**

O número de participante está relacionado a uma amostragem do total de professores que lecionam na instituição.

4.4 Instrumento de Coleta de Dados

Desse modo, utiliza-se para coletar dados os instrumentos de pesquisa o questionário que é um “conjunto de questões, sistematicamente articuladas, que se destinam a levantar informações escritas por parte dos sujeitos pesquisados, com vistas a conhecer a opinião dos mesmos sobre os assuntos em estudo” (SEVERINO, 1941, p. 125). E ainda utiliza a observação, “procedimento que permite acesso aos fenômenos estudados. É etapa imprescindível em qualquer modalidade de pesquisa” (SEVERINO, 1941, p. 125), a qual permite o confronto de informações e a verificação da veracidade dos dados coletados.

Os procedimentos metodológicos ocorreram em quatro etapas. Ao anteceder a primeira etapa foi realizada uma revisão bibliográfica, a fim de obter um referencial teórico, para que haja um embasamento sobre o assunto em estudo no qual se refere aos saberes e prática da inclusão. É primordial para qualquer trabalho científico essa prática da pesquisa bibliográfica, uma vez que o pesquisador precisa conhecer a fundo e inteirar-se de dados para que posteriormente possa produzir um bom trabalho.

A primeira etapa realizou-se através de entrevistas com professores das salas selecionadas a fazerem parte do objeto de conhecer a rotina de atividades desenvolvidas pelos alunos com necessidades especiais.

Na segunda etapa, realizou-se uma coleta de dados junto a uma parte do corpo docente da instituição composta por 08 professores do Ensino Fundamental I, utilizando-se de um questionário com questões abertas e fechadas, na busca de colher dados referente à clientela de alunos com necessidades especiais, e como a instituição acolhe a proposta de inclusão.

Na terceira etapa já com os dados obtidos sobre informações necessárias sobre o assunto em estudo, foi realizada uma observação em salas de aula da participação e desempenho dos alunos quanto ao conteúdo, e práticas pedagógicas exercida em sala de aula por parte do professor.

Em seguida, foi realizada a quarta e última etapa da pesquisa que envolveu a análise dos dados obtidos e supostas comparações diante do que foi dito pelos professores e observado por parte do pesquisador sobre os saberes e práticas da inclusão.

Os participantes da pesquisa se dispuseram voluntariamente a participarem, foram orientados a responder de forma clara e espontânea, a fim de proporcionar ao pesquisador a compreensão e análise dos dados obtidos. A pesquisa foi destinada a 08 professores do Ensino Fundamental I de 1º ao 5º ano da referida escola.

5 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Neste capítulo abordam-se os resultados referentes à pesquisa intitulada, “Saberes e Práticas da Inclusão” – onde se tem a oportunidade de avaliar se a prática dos docentes, da instituição em estudo é vista na perspectiva da inclusão, a qual contou com a participação de 08 (oito) professores do Ensino Fundamental I. Utilizou-se como instrumento para a coleta de dados um questionário contendo 10 (dez) perguntas no total, das quais 05 (cinco) eram questões fechadas, que deveriam ser justificadas de acordo com a realidade vivenciada pelo participante. E as outras cinco foram abertas.

O questionário como instrumento para análise de dados, foi de suma importância, sendo que o mesmo possibilitou ao acesso de informações que não puderam ser vivenciadas pelo pesquisador.

Apresenta-se a seguir os resultados obtidos na pesquisa, mantendo o anonimato dos participantes por razões éticas.

5.1 Análise do Questionário

Levando em consideração as informações obtidas dos oito professores participantes da pesquisa com o preenchimento do questionário, podem-se expor os dados coletados e fazer uma análise mais profunda do objeto de estudo.

No que se refere à descrição dos participantes todos são do sexo feminino, um participante tem entre 18 à 25 anos, outro tem entre 26 à 35 anos e os seis têm mais de 35 anos. Em relação à formação, dois dos participantes estão cursando pedagogia, enquanto, os demais possuem Licenciatura Plena em Pedagogia, e entre eles há um, o de menos idade, está cursando mestrado na área de educação. Todos sempre atuaram nas séries do 1º ao 5º ano. O participante mais novo em tempo de serviço exerce a atividade docente a menos de cinco anos e os demais é entre, seis à dez ou mais de dez anos.

De acordo com a descrição dos participantes percebe-se que há uma predominância em relação à idade e ao tempo de serviço elevado, como

também a formação adequada para exercerem a atividade docente, e experiência em trabalhar com o Fundamental I, a qual conseqüentemente, lhes confere habilidade e/ou prática para lidar com a realidade de uma sala de aula e ter uma noção sobre as práticas educativas na perspectiva da inclusão.

No tocante aos educandos são em média oriundos, de famílias carentes que tem como principal fonte de renda benefícios sociais como a Bolsa Família e a Bolsa Escola.

Com relação à segunda parte do instrumento de coleta de dados da pesquisa, indaga-se ao educador **“O que você entende por inclusão?”** Dos oito participantes que responderam o questionário, percebe-se que em síntese, todos participantes souberam conceituar a inclusão podemos perceber nas respostas transcritas abaixo:

“A inclusão acima de tudo é sentir o outro, é promover práticas de ensino não voltada para a especificidade, isto é, atividades diferenciadas sem introduzir recursos, ferramentas e metodologias, para que possa incluir, eliminando barreiras e promovendo um ensino de igualdade à todos.” **(PROFESSOR A)**

“Onde todos têm as mesmas oportunidades, e as diferenças são respeitadas.” **(PROFESSOR B)**

“É o ato de permitir, favorecer, ou facilitar o acesso ao meio comum igualmente a todos.” **(PROFESSOR C)**

“Inclusão é dar direitos iguais a todos, independente da cor, religião, sexo, idade, raça, deficiência, entre outros. É proporcionar a todos as mesmas condições de uma vida digna e justa.” **(PROFESSOR D)**

“Inclusão é antes de tudo, respeitar as diferenças. É ter a capacidade de entender e reconhecer o outro.” **(PROFESSOR E)**

“É um direito que todas as pessoas tem e deve usufruir com relação a saúde, educação, lazer, etc., independente de suas limitações.” **(PROFESSOR F)**

“Inclusão é perceber que as crianças podem aprender juntas, embora tendo que obedecer objetivos e processos diferentes.” **(PROFESSOR G)**

“A inclusão está associada ao atendimento às crianças ou adolescentes que apresentam dificuldades ou possuem algumas necessidades especiais e ou transtornos, podendo favorecer no desenvolvimento cognitivo, afetivo e social do sujeito.” **(Professor H)**

Nesse sentido os participantes enfatizaram que a inclusão é promover uma qualidade de ensino onde venha favorecer a todos com métodos de ensino que não seja excludente. Pois reforça o que afirma um dos estudiosos como Pantoja (2007, p. 29):

A educação inclusiva garante o cumprimento do direito constitucional indisponível de qualquer criança de acesso ao Ensino Fundamental, já que pressupõe uma organização pedagógica das escolas e práticas de ensino que atenda as diferenças entre os alunos, sem discriminações indevidas, beneficiando a todos com o convívio e crescimento na pluralidade.

A outra pergunta do instrumento de coleta de dados questionava o educador: **“Você enquanto educador promove a inclusão escolar?”** Todos os participantes assinalaram que dentro das possibilidades promove a inclusão. Verificamos nas frases transcritas a seguir:

“Sim. Pois de acordo com meus conhecimentos teóricos sobre a inclusão, proponho incluir o educando, traçando estratégias e atividades de igualdade, nível, mostrando que todos devem receber um atendimento igualitário, apesar de suas necessidades especiais.” **(Professor A)**

“Sim. Mostrando aos educandos que somos todos iguais, no que se refere a direitos e deveres, apesar de alguns indivíduos apresentarem diferenças.” **(Professor B)**

“Sim. Desenvolvo atividades que contribuam para o desenvolvimento das habilidades psicomotoras, visomotores entre outras.” **(Professor C)**

“Sim. Realizando atividades acessíveis a todos os alunos, como atividades práticas com o auxílio de material concreto.” **(Professor D)**

“Sim. Procurando atender cada criança em sua singularidade, sabendo que todos nós temos limitações e somos especiais de maneira igual.” **(Professor E)**

“Sim. Oportunizando um lugar a todos, valorizando o que ele é, e o que ele pode ser.” **(Professor F)**

“Sim. Promovendo atividades onde todos participam, interagindo uns com os outros”. **(Professor G)**

“Sim. Trabalho de forma inclusiva, onde todos possam participar no processo de ensino-aprendizagem.” **(Professor H)**

Enfoca-se que os educadores demonstram experiência e habilidades ao se apropriar de estratégias que motivem a autoconfiança dos educandos e favorecendo o processo de inclusão, além da motivação, ele precisa conviver com a pluralidade e elaborar um currículo inclusivo, Montoan (2007, p. 57) afirma:

Um ensino que contempla e acolhe todos os alunos não poderá ser prejudicial a ninguém. Uma escola em que todos os alunos são bem vindos, tem como compromisso educativo, ensinar não apenas os conteúdos curriculares, mas formar pessoas capazes de conviver em um mundo plural que exige de todos nós experiências de vida compartilhada, envolvendo necessariamente o contato, o reconhecimento e valorização das diferenças.

Analisando a importância da formação do docente frente às necessidades educacionais dos educandos, para propor um ensino de qualidade a todos, foi indagado no questionário se o educador **“Possui formação adequada para lecionar na perspectiva da inclusão?”** Dos oito participantes seis responderam que não possui formação adequada para lecionar na perspectiva da inclusão. Podemos perceber nas respostas transcritas abaixo:

“Não. Tive a oportunidade de participar de uma pequena formação sobre inclusão, apenas com teoria e não na prática.” **(Professor A)**

“Não. Nós educadores desenvolvemos um trabalho que envolve o educando somente a partir dos nossos conhecimentos, no qual é bem restrito em relação à inclusão.” **(Professor B)**

“Não. Apesar de ser educadora, preciso de melhor formação para trabalhar determinadas atividades, que venha favorecer a especificidade do educando.” **(Professor C)**

“Não. Pois ainda me sinto muito necessitada de formação para trabalhar uma realidade tão complexa.” **(Professor D)**

“Não. O maior problema são as autoridades competentes juntamente com as redes de ensino não cumprem a lei. Sabendo que o aluno com necessidades devem receber atendimento especializado e formação contínua ao professor.” **(Professor E)**

“Não. Particpei de uma formação para professores sobre o tema em questão, porém ainda há muitas lacunas. Mas acredito que com dedicação, compromisso e estudo podemos acolher a clientela.” **(Professor F)**

Dando sequência a essa questão dois participantes responderam que possui formação adequada para trabalhar com a inclusão. Percebe-se no transcrito:

“Sim. Pois já participei de vários cursos que mostram a importância e como deve ser trabalhada a inclusão diariamente.” **(Participante G)**.

“Sim. Já participei de vários cursos de formação continuada e na pós-graduação de psicopedagogia. **(Professor H)**.

Diante das respostas descritas pelos participantes, observa-se que apesar dos professores desenvolverem atividades que se caracterize como inclusão, porém, a maioria não possui formação adequada que envolva a teoria à prática para que os participantes possam exercer com autonomia e confiança sua atividade de docente na perspectiva da inclusão. Para isso, (ANDRADE, 2005, 45), fala sobre aspectos da formação de professores.

Considero que à formação continuada tem um diferencial que parece residir nas ideias de aprofundamento, de especialização ou de ampliação de saberes e das práticas, mais estreitamente vinculadas com os contextos e áreas de trabalho. Não se confunde com o tempo de experiência profissional, ela é mais que isso e se caracteriza pelos espaços nos quais o profissional irá dispor de tempo e de instrumento para problematizar e sistematizar análises que possam gerar crescimento profissional.

Analisando a importância das práticas docente em relação à inclusão e atuação dos educadores da Escola Municipal de Ensino Fundamental Professora Terezinha Garcia Pereira, frente a essa temática sugerimos que marcasse a alternativa mais conveniente ao enunciado. **“As práticas docentes nos anos iniciais do ensino fundamental são desenvolvidas na perspectiva da inclusão?”** Dos oito participantes da pesquisa seis assinalaram que as práticas docentes são desenvolvidas na perspectiva da inclusão, nota-se nas respostas dos mesmos, abaixo transcritos:

“Sim. Os anos iniciais é a base da vida escolar e porque não dizer a vida social de uma criança. Nesta perspectiva mediar a inclusão desde a primeira etapa educacional é de extrema importância, com o intuito de instruir pessoas capazes de viver em sociedade, respeitando a diversidade ao seu redor. **(Professor A)**

“Sim. Mas ainda é preciso haver mais aprimoramento, pois incluir com igualdade é algo que não estamos totalmente preparados.”
(Professor B)

“Sim. Além da inclusão na sala de aula, os alunos que apresentam alguma necessidade educacional especial, são acompanhados pela Sala de Recursos Multifuncionais com profissionais habilitados e materiais adequados.” **(Professor C)**

“Sim. Pois as práticas sempre abordam atividades de interação e participação de todos,” **(Professor D)**

“Sim. São realizados de acordo com cada necessidade existente na sala de aula, tentando incluir todos os educandos.” **(Professor E)**

“Sim. São propostas elaboradas para atender e propiciar a interação entre todos, fundada na perspectiva de heterogenizar a estrutura escolar.” **(Professor F)**

Seguindo com as respostas referentes à questão anterior, dois dos participantes assinalaram que em partes as práticas docentes não são desenvolvidas na perspectiva da inclusão. Veja abaixo:

“Na medida do possível, tentamos diminuir a exclusão e conseqüentemente aumentar a inclusão, sem qualquer tipo de discriminação.” **(Professor G)**

“No que diz respeito a nós educadores, procuramos vivenciar uma prática que propicie a inclusão. Mas sabemos que somente com a nossa ação, não se caracteriza a inclusão total.” **(Professor H)**

Conforme as respostas apresentadas pelos professores nota-se que a prática dos professores docentes é de ação inclusiva, sempre procurando contribuir para o crescimento do processo de inclusão. Mas, sempre com a ressalva de que é necessário haver grandes mudanças e aprimoramento em relação à prática favorecendo o trabalho do docente como também aos alunos. Para isso, alguns autores enfatizam como deve ocorrer a prática do docente Freitas (2005, p. 162) afirma:

O trabalho do docente, tendo como mecanismo o estímulo das inteligências individuais, por meio da criatividade, pode ser um instrumento para flexibilização do currículo nas séries iniciais do ensino fundamental, uma vez que não é difícil reconhecer a relevância do estímulo à capacidade criadora infantil no âmbito da educação escolar, nem seu papel e importância para o desenvolvimento da criança.

Finalizando o questionário indaga: **“Que sugestões você daria para os docentes permitirem que aconteça a inclusão na escola?”** Dos participantes que responderam o questionário todos em sua maioria deram como sugestão uma melhor formação para que os docentes possam adquirir conhecimentos permitindo que aconteça a inclusão na escola. Percebemos em suas respostas:

“Buscar mais conhecimento sobre o assunto em questão, para desenvolver melhor a inclusão de forma concreta e eficaz.”
(Professor A)

“Oferecer oportunidades de desenvolvimento aos docentes cursos de formação adequada propiciando novas formas mais adequadas de trabalho.” **(Professor B)**

“Transformação da própria escala no sentido físico, como também uma melhor estrutura no que diz respeito ao corpo docente.”
(Professor C)

“Respeitar as diferenças e diversidade dos alunos. Para que se tome como uns dos pontos de partida a realização da inclusão na escola.”
(Professor D)

“Utilizar recursos viáveis à uma educação inclusiva, se aperfeiçoar cada dia mais e elaborar novas metodologias.” **(Professor E)**

“Criar situações de interação com o grupo (meio escolar) através de jogos, brincadeiras e experimentação de diferentes estratégias.”
(Professor F)

“Adquirir conhecimentos do que é realmente inclusão e se libertar do todo e qualquer preconceito.” **(Professor G)**

“Que obtenha mais formação para propor a inclusão traçando novas metodologias de ensino.” **(Professor H)**

Encaminhando para o encerramento do questionário, de acordo com as respostas dos participantes, observa-se que dentre as respostas dadas pelos professores, prevaleceu uma melhor formação em relação à inclusão para que se consolide uma prática mais eficaz baseada em estratégias de ensino que condiz com a realidade de cada educando.

Frente a este contexto Mantoan (2007, p. 46) comenta que:

Novas práticas de ensino proporcionam benefícios escolares para que todos os alunos possam alcançar os mais elevados níveis de ensino, segundo a capacidade de cada um, como garante a constituição. No intuito de entender melhor o que a inclusão representa na educação escolar de todo e qualquer aluno e, especial para os que têm deficiências, é preciso esclarecer o que as escolas

comuns que adotam um paradigma inclusivo defendem e priorizam e em que precisa mudar para se ajustarem a ele.

Para que essas novas práticas de ensino possam caracterizar-se como inclusão é necessário o educador, como foi citado pela maioria dos participantes que contribuíram eficazmente com o questionário, possa se apoderar de verdadeiras estratégias de ensino onde o professor tenha a consciência de estar desenvolvendo um trabalho de qualidade dentro dos reais padrões que a inclusão sugere.

Apesar da maioria dos participantes terem assinalado que ensina na perspectiva da inclusão, sabe-se que não somente esses participantes, mas, os demais de qualquer instituição escolar ainda precisa passar por formações continuadas, tanto em relação às instituições como também seus docentes. Mantoan (2007, p. 45), expressa com clareza esse aspecto:

A maioria das escolas ainda está longe de se tornar inclusiva. O que existe em geral são escolas que desenvolvem projetos de inclusão parcial, os quais não estão associados a mudanças de base nestas instituições e continuam a atender aos alunos com deficiência em espaços escolares semi ou totalmente segregados.

Adaptar a escola na perspectiva da inclusão exige trabalho e dedicação de todos que estão envolvidos ou inseridos neste contexto.

Pode-se destacar algumas prioridades para favorecer essas mudanças institucional como, colocar no eixo central a aprendizagem, porque ela foi criada para que todos os alunos aprendam a verdade, e fazer com que essa aprendizagem seja construída de forma efetiva e significativa.

Como também, garantir o atendimento Educacional Especializado, dando ênfase à cooperação, a solidariedade, a criatividade, entre outros; estimular o educador, promovendo formação continua valorizando-o sempre.

Como sabemos a inclusão não parte somente do professor, mas é dele a tarefa fundamental, pois a aprendizagem é medida através desse profissional.

Acreditamos que o processo educacional capaz de promover uma melhor qualidade de vida a todos está intrinsecamente ligado a uma articulação permanente entre todos que fazem a escola e a sociedade em geral.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão central que motivou e orientou o pensamento exposto neste estudo diz respeito a uma reflexão sobre os “Saberes e Práticas da Inclusão” dos docentes da instituição em estudo, onde se foi analisado se a referente escola e seus docentes são norteados com base em uma prática voltada para a perspectiva da inclusão. Para esse fim utilizou-se instrumento de pesquisa para se obter informações precisas referente ao tema do projeto.

Ao fazer uma análise sobre os resultados obtidos, conclui-se que os docentes a qual participaram de forma voluntária e eficaz, parcialmente promovem a inclusão. Como também, a pesquisa demonstra que os professores têm a plena consciência da carência de formação para atender as expectativas da inclusão. Pois, como se sabe, em síntese a inclusão no contexto escolar é promover o direito à educação de qualidade e garantir que todos os alunos aprendam juntos sem qualquer indício de exclusão ou atividades que venham caracterizar a exclusão.

Relevante a isso, são muitos os processos pelos quais a escola e os docentes têm de passar para que realmente ocorra a inclusão. Dentro desses processos serão necessários inúmeros recursos que venham antepor principalmente as metodologias e práticas dos docentes, que em muitas das vezes, são realizados sem base consistentes no que diz respeito a inclusão.

Alguns recursos primordiais são a criação de escolas integradoras com um modo mais eficaz de atingir a educação para todos. Partindo de mudanças nas políticas públicas, dando ênfase as necessidades educacionais existentes. Para isso, as escolas que pretendem ser inclusivas também precisa desenvolver seu papel com a elaboração de Projetos Pedagógicos que mostre seus anseios e necessidades diante à realização de práticas inclusivas. É necessário um envolvimento total de todos aqueles que almejam uma sociedade mais justa e igualitária para todos.

Na prática sabe-se que o processo de inclusão exige trabalho e dedicação, e principalmente recursos disponíveis para se trabalhar as diferentes capacidades e/ou necessidades das crianças. Como também formação adequada aos professores e suporte a esses educadores de

professores especializados na área, pois, apesar de formação pedagógica para a atuação de atividades, faz-se necessário o acompanhamento desses profissionais agindo em articulação com os professores da sala regular. Para diagnosticar tais necessidades educacionais.

Decorrente das escolas que não promoverem em sua totalidade a inclusão é minoria das instituições que contam com a parceria de professores especialistas.

Ainda em relação à formação adequada e continuada de professores, ela faz-se necessário para o processo de inclusão porque além de prepará-los para ação docente tem como finalidade a criação de uma consciência crítica sobre a realidade em que eles vão se deparar no dia-a-dia da sala de aula que irá criar mecanismos de trabalho com base em fundamentação teórica lhe assegurando uma ação pedagógica eficaz.

Nessa perspectiva, percebe-se que a inclusão não é uma realidade tão distante, e sim, possível de se concretizar, porém como já citado antes, requer apoio em termos gerais, trabalho, articulação e dedicação dos professores.

É importante considerar que o presente trabalho serviu para uma considerável apropriação dos conhecimentos teóricos em relação à inclusão, como também, analisar como são desenvolvidas as práticas metodológicas no contexto social em que estou inserida, isto é, em minha comunidade. Fazendo supostas análises com o que foi pesquisado durante a realização do trabalho, obtendo respostas sobre o nível de inclusão que a instituição em estudo se encontra.

Com base no que foi discutido neste trabalho, é sugerido que as instituições de ensino, no qual compõem educadores, gestores e sociedade, andem de mãos dadas com um único objetivo comum: a educação inclusiva nas escolas regulares de ensino, uma vez que os benefícios que provém da inclusão, que é a convivência com as diferenças que são incalculáveis para o desenvolvimento de todos que aderem à inclusão e principalmente dos educandos portadores de necessidades educacionais especiais.

Então como ao concluir esse trabalho, sugerimos aos professores para que promovam a inclusão escolar buscar formação continuada, contínua e especializada para lecionar a alunos especiais, buscar recursos pedagógicos

adequados que facilitem o acesso e a efetiva aprendizagem, buscar parceria com equipe de multiprofissionais do município, de modo a apoiar e dar suporte aos problemas surgidos no decorrer das aulas, utilizarem currículo multicultural e inclusivo para atender a diversidade dos educandos na sala de aula.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, S. G. Pensamento sistêmico e docência no contexto da educação inclusiva. In: BAPTISTA, C. R. Mediação pedagógica em perspectiva: fragmentos de um conceito nas abordagens institucional, sócio-histórica e sistêmica. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUL, 2004, Curitiba. **Anais**. Curitiba: Editora da PUC, 2004.

ARANHA, Maria Salete Fábio (Org.). **Educação Inclusiva: Fundamentação Filosófica/Coordenação Geral SEESP/MEC**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Especial, 2004.V.1.

BAPTISTA, Claudio Roberto. Inclusão, cotidiano escolar e políticas públicas: sentidos e perspectivas. **Ensaio Pedagógico** – construindo escolas inclusivas: Brasília: MEC, SEESP, 2005.

BUENO, J. G. Crianças com necessidades educativas especiais, política educacional e a formação de professores: generalistas ou especialistas. **Revista Brasileira de Educação Especial**, vol. 3. n.5, p.7-25, 1999.

CORREIA, Luís de Miranda. **Alunos com necessidades educativas especiais nas classes**. Inclusão Escolar de uma Criança com ... PUCPR. 1999. Disponível em: www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/2465_1462.pdf. Acesso em: 20/04/2013.

DUEK, V. P. **Docência e inclusão**: reflexões sobre a experiência de ser professor no contexto da escola inclusiva. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria-RS, 2006.

FÁVERO, Eugênia Augusta Gonzaga, PANTOJA, Luísa de Marillac P. Maria MANTOAN, Teresa Eglér. **Atendimento Educacional Especial**: aspectos legais e orientações pedagógicas. SEESP/SEED/MEC. Brasília/DF, 2007.

FLETCHER, S. **Acessibilidade e inclusão**: compreendendo os conceitos de integração e inclusão. 1997. Disponível em: www.todosnos.unicamp.br/>...>Acessibilidade e Inclusão. Acesso em 25/05/2013.

FREITAS, Soraia Napoleão. Construindo Escolas: **Ensaio Pedagógico** – construindo escolas inclusivas. Brasília: MEC, SEESP, 2005.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

GUIJARRO, Maria Rosa Blaco. **Inclusão: um desafio para os sistemas educacionais. Ensaios Pedagógicos** – construindo escolas inclusivas. Brasília: MEC, SEESP, 2005.

KUNC, N. **Aprender a ensinar valorizando a diversidade** - BDM - UnB. Disponível em: bdm.bce.unb.br/bitstream/10483/2350/.../2011_ZildaAparecidosSantos.p...deZA Santos - 2012 - Artigos relacionados, 1992. Acesso em: 15/05/2013.

LIMA, Susana M. Cardoso da Costa. **Inclusão. Ensaios Pedagógicos** – construindo escolas inclusivas. Brasília: MEC, SEESP, 2005.

MATTOS, Leila Couto. **Políticas Públicas Educacionais**. Disponível em: [HTTP: //www.ines.org.br/paginas/politicas.htm](http://www.ines.org.br/paginas/politicas.htm). Em: 31/03/2008. Acesso em 25/05/2013.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Educação Inclusiva**. Aspectos Legais e Orientações Pedagógicas. SEESP/SEED/MEC. Brasília/DF, 2007.

MEC. Ministério da Educação. **CNE/CNB, 2001**. Disponível em: portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/txt/ensaiospedagogicos.txt. Acesso em: 30/05/2013.

MEC. Ministério da Educação. **PNE, 2001**. Disponível em: portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/txt/ensaiospedagogicos.txt. Acesso em: 30/05/2013.

MENDES, E. G. Construindo um “lócus” de pesquisas sobre inclusão escolar. In: MENDES, E.G; ALMEIDA, M. A; WILLIAMS, L. C. de. **Temas em educação especial: avanços recentes**. São Carlos: EdUFSCAR, p.227, 2004.

MIZUKAMI, M. G. N. Casos de ensino e aprendizagem profissional da docência. In: ABRAMOWICZ, A.; MELLO, R. R. (Orgs.). **Educação: pesquisas e práticas**. Campinas: Papyrus, 2000.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 4. ed. São Paulo:Cortez, 2001.

PANTOJA, Luisa de Marillac P. **Atendimento Educacional Especial: Aspectos Legais e Orientações Pedagógicas**. SEESP/SEED/MEC. Brasília/DF, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Por uma concepção multicultural de direitos humanos. **Reconhecer para libertar**. Os caminhos do cosmopolitismo multicultural. Porto: Edições Afrontamento, 2004.

SASSAKI, R. K. **Inclusão, construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SASSAKI, R. K. **Como chamar as pessoas que têm deficiência**. São Paulo: RNR, 2003.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. ver. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 22. Ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SOODAK, L. C. Classroom Management in Inclusive Settings. **Theory into Practice**. v. 42, n. 4, Autumn 2, 2003.

VYGOTSKY, L.S. **The Fundamentals of Desectology**. IN:RIEBER, Robert W., CARTON Aaron S. **The Collecpted Works os L. S. Vygotsky**. New York, 1993.

6) O que você entende por inclusão?

7) Você enquanto educador promove a inclusão escolar? () Sim () Não
De que forma?

8) Possui formação adequada para lecionar na perspectiva da inclusão?
() Sim () Não Justifique:

9) As práticas docentes nos anos iniciais do ensino fundamental são desenvolvidas na perspectiva da inclusão?

() sim () não justifique

10) Que sugestões você daria para os docentes permitirem que aconteça a inclusão na escola?

Boa Sorte!
E muitíssima obrigada por ter participado da Pesquisa!

ANEXO A

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Nome da Pesquisa: Saberes e Práticas da Inclusão na Educação Escolar

Pesquisadores responsáveis

Professora Orientadora: Ivana Maria Medeiros de Lima

Aprendente: Maria Salete Fernandes Forte

Informações sobre a pesquisa

Este trabalho tem por objetivo Analisar os saberes e práticas dos professores voltados para inclusão dos alunos com necessidades especiais dos anos iniciais do ensino fundamental. E, como objetivos específicos, refletir sobre a Inclusão e a práticas docentes na perspectiva da inclusão; identificar se ocorre a inclusão dos alunos com necessidades especiais nos anos iniciais do ensino fundamental; verificar se há alunos com necessidades especiais na instituição e quais são elas.

A pesquisa justifica-se devido à importância de incluir todas as crianças no âmbito escolar, principalmente, as com necessidades especiais, visto que, muitos docentes não utilizam práticas inclusivas, o que impossibilita a real inserção e oportunidades de aprendizagem para os educandos. Portanto, a inclusão é um tema de grande relevância para contribuir para o avanço da melhoria educacional.

Nesse sentido, realizaremos aplicação de questionários a professores dos anos iniciais do ensino fundamental. Nos questionários pretendemos abordar questões sobre a inclusão dos alunos com necessidades especiais no âmbito escolar, a formação dos docentes e práticas e saberes utilizados para incluir os educandos dentre outros onde estarão contidos no nosso instrumento de pesquisa.

Quanto aos procedimentos metodológicos, para a realização da presente proposta de investigação, se adotará os seguintes métodos: a) o levantamento e a análise bibliográfica e documental; b) a pesquisa de campo.

Eu _____, abaixo assinado, tendo recebido as informações acima, e ciente dos meus direitos abaixo relacionados, concordo em participar da pesquisa, tendo:

1 - A garantia de receber todos os esclarecimentos sobre as perguntas da entrevista antes e durante o transcurso da pesquisa, podendo afastar-me em qualquer momento se assim o desejar, bem como está assegurado o absoluto sigilo das informações obtidas.

2 - A segurança plena de que não serei identificada mantendo o caráter oficial da informação, assim como, está assegurada que a pesquisa não acarretará nenhum prejuízo individual ou coletivo.

3 - A segurança de que não terei nenhum tipo de despesa material ou financeira durante o desenvolvimento da pesquisa, bem como, esta pesquisa não causará nenhum tipo de risco, dano físico ou mesmo constrangimento moral e ético ao entrevistado.

4 - A garantia de que toda e qualquer responsabilidade nas diferentes fases da pesquisa é dos pesquisadores, bem como, fica assegurado poderá haver divulgação dos resultados finais em órgãos de divulgação científica em que a mesma seja aceita.

5 - A garantia de que todo o material resultante será utilizado exclusivamente para a construção da pesquisa e ficará sob a guarda do pesquisador, podendo ser requisitado pelo entrevistado em qualquer momento.

Diante do exposto, solicitamos o consentimento de sua participação voluntária no referido estudo, por meio da assinatura abaixo.

São Bento - PB, 26 de junho de 2013.

Assinatura do participante

Contato com o pesquisador responsável: Ivana Maria Medeiros de Lima (83) 9862 5894. ivanamlima@gmail.com

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor entrar em contato com a pesquisadora Maria Salete Fernandes Forte

E-mail: saletefernandesforte@gmail.com

Telefone celular: (83) 9654 1350

Atenciosamente,

Assinatura do Pesquisador Responsável